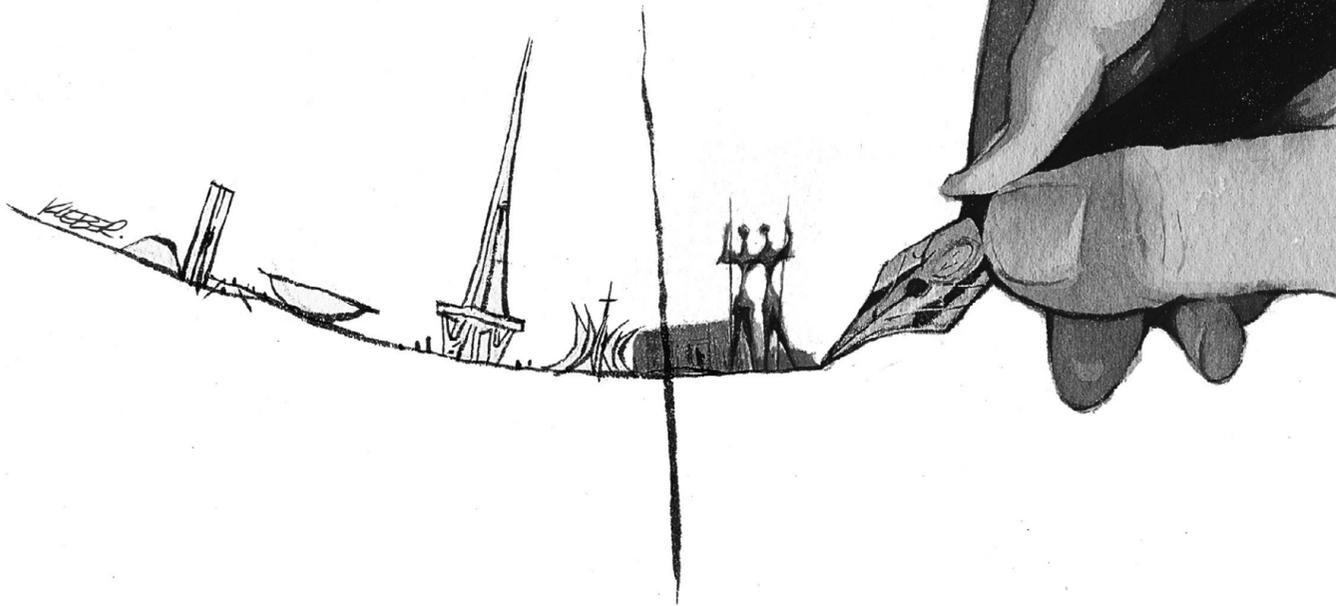


Capitais planejadas

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)



Quando o rei D. Manoel III decidiu criar a primeira capital na América portuguesa, em 1549, ele convocou o arquiteto Luís Dias, que tinha feito importantes trabalhos na Índia, para planejar o centro urbano que receberia o governador-geral do Brasil, Tomé de Souza. Salvador foi a primeira cidade planejada no Brasil.

Seu planejador utilizou os desníveis naturais e criou a cidade baixa, onde ficariam os serviços do porto, os funcionários da alfândega e os escravos, que faziam subir e descer, no que foi o precursor do elevador Lacerda, os materiais necessários para o pessoal que morava na cidade alta, no conjunto chamado de Pelourinho.

Nada no Brasil aconteceu por acaso. O Estado surgiu antes da sociedade. E a primeira cidade foi planejada para receber o governador-geral, o bispo e o representante do poder militar. Esse modelo foi reproduzido na maioria das cidades brasileiras. Há uma longa história de cidades planejadas no Brasil. Uma delas, bem conhecida, é a de Belo Horizonte, que foi oficialmente inaugurada em 12 de dezembro de 1897 pelo presidente da província de Minas Gerais, Crispim Bias Fortes. A cidade foi construída em cinco anos, obedecendo ao desenho do engenheiro Aarão Reis, que chefiou a comissão técnica destinada a construir a capital e providenciar meios para que fosse transferida de Ouro Preto.

Quando foi inaugurada, há 125 anos, Belo Horizonte tinha cerca de 10 mil habitantes. Hoje, segundo o mais recente censo demográfico, possui 2,5 milhões, um dos maiores

conglomerados urbanos do país. Outro exemplo interessante é a cidade de Goiânia, inaugurada em 24 de outubro de 1933 pelo presidente da província de Goiás, Pedro Ludovico, dentro do plano do governo Vargas chamado de Marcha para o Oeste. A antiga capital era Goiás Velho. Foi nesse movimento que também surgiu a colônia agrícola de Ceres, no norte do estado, em 1941. Goiânia, totalmente planejada, possui, segundo o último censo, 1,6 milhão de habitantes. É uma potência regional e uma das principais referências do agronegócio do Brasil.

Há outros exemplos interessantes. Outra cidade planejada, de história pouco conhecida, é Teresina, no Piauí. A antiga capital era Oeiras, mas, quando a capitania foi desmembrada do Maranhão, em 1718, começou o movimento para colocar a capital nas margens do Rio Poti. A capital foi oficialmente transferida em 16 de agosto de 1852. O presidente da província do Piauí, o conselheiro José Antônio Saraiva, planejou a nova cidade, que recebeu o nome de Teresina, numa homenagem à Imperatriz Teresa Cristina. É a contração dos primeiros nomes da senhora do Imperador Pedro II.

No desfilar de cidades planejadas, surge interessante exemplo no Nordeste. A primeira capital de Sergipe era São Cristóvão. O governador Inácio Joaquim Barbosa, oficialmente transferiu a cidade para a beira do oceano, em Aracaju, em fevereiro de 1855. O plano diretor da cidade foi concebido pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro. A cidade é sempre uma representação da conquista, da vitória do agente dominador.

No Brasil do século 19 havia um grande vazio a ser conquistado. O país original era aquela estreita faixa de terra delimitada pelo tratado de Tordesilhas (1494). Os bandeirantes caminharam para oeste sem reconhecer limites. Partiram de São Paulo e alcançaram o atual estado de Rondônia, chegaram à fronteira com a Bolívia, depois de passar por diversas localidades lançando os ingredientes da colonização.

O novo país, duas vezes maior que o original, foi dimensionado pelo Tratado de Madri, de 1850, admirável trabalho diplomático por Alexandre de Gusmão, que operou na Europa para conseguir o reconhecimento do novo território nacional. A construção de Brasília, pelo presidente Juscelino Kubitschek, em mil dias, está dentro dessa política nacional. Brasília foi planejada pelo gênio de Lucio Costa, um brasileiro nascido em Toulon, na França, com obras de arte de Oscar Niemeyer, jardins de Burle Marx. A cidade é uma joia arquitetônica.

Mas do ponto de vista político completou a marcha para o oeste e integrou o Brasil. Abriu o território para os brasileiros. Fez surgir a oportunidade do agronegócio. Agora, 62 anos depois, o Distrito Federal, com mais de 3,1 milhões de habitantes, transformou-se em importante polo regional de desenvolvimento. JK revelou um novo país. Os governos brasileiros tinham projetos e metas. Hoje, se contentam em conduzir políticas de gabinete e propor reformas pontuais. Não há mais estadistas. Restaram burocratas, fardados ou não, incapazes de enxergar além do horizonte.

Relevante e urgente

» RICARDO NOGUEIRA VIANA
Delegado chefe da 6ª DP,
é professor de educação física

Em cartaz, *Medida Provisória*. Um filme dirigido pelo artista e ativista Lázaro Ramos. Com um elenco de maioria negra, o filme retrata o exílio de afrodescendentes ao continente africano. Inicialmente, com um pretexto firmado em uma possível reparação histórica, o movimento foi espontâneo, ou seja, aqueles que se voluntariariam teriam a sua ida facilitada e podiam até escolher o destino. Após, a ação separatista ganhou aprovação do parlamento, virou lei, e o movimento passou a ser cogente, ou seja, negros foram caçados, encarcerados e deportados compulsoriamente.

Como protagonistas, Antônio e Capitu, interpretados por Alfred Enoch e Tais Araújo. Negros que se tangenciaram ao destino, o primeiro, advogado, e a segunda, médica-cirurgiã. Quanto maior a consciência, maior a resistência. Similar aos tempos da chibata, quem conseguiu se esquivar dos anseios da elite supremacista abrigou-se em afrobanks. Uma espécie de quilombo, entretanto, mais atual, onde cabeças pensantes, apesar da cólera e em conjunto, tentavam persuadir e sobreviver diante do movimento de segregação. De forma velada, não se falou em negros ou afrodescendentes, mas em melaninados, fato que fez com que a principal delatora do grupo, Dona Izildinha, vivida por Renata Sorrah, uma nítida mulata, escapasse da ira dos senhores.

Ir ao cinema, dividir o espaço com outros negros, brancos, lúcidos e insanos e, daí, advém os comentários, como: "Que loucura, somos todos brasileiros!" Realmente somos, mas com um passado e um presente bem diferentes e um futuro sob condição, ou seja, incerto e não sabido.

Realmente, é um delírio falar em expatriar os melaninados. Não porque somos queridos, amados e valorizados, tampouco porque vivemos em uma democracia racial aventada por Gilberto Freire e, longe de pensar em recomposição das atrocidades assimiladas com a escravidão, mas sim, porque somos necessários. Somos 56% da população. Isso, maioria. Negros e pardos abocanharam mais da metade de um gráfico em pizzas. Entretanto, ocupam a base da pirâmide da nossa sociedade estática, estamental e rígida.

Manter o negro subserviente traz alicerce à estrutura, desvalorizando-o, desprezando e estigmatizando. Como corolário, com a saída desse grupo étnico, quem iria habitar cadeias, dar pujança ao mercado informal, limpar residências, carros, vender mercadorias em feiras e praias em troca de sua sobrevivência ou, na maior sorte, de um salário mínimo? É esse o racismo estrutural que nos oprime, desvaloriza, tira oportunidades e que nos faz necessários nessa casa grande chamada Brasil.

Contrastando o termo — medida provisória — com os tempos atuais, extraem-se os dois fundamentos desse ato normativo. Relevância e urgência. Quanto ao primeiro, é forçoso reconhecer a contribuição dos afrodescendentes na formação do brasileiro. Povo que, durante mais de cinco séculos foi, e ainda continua, subjulgado e discriminado por uma elite que, até hoje, ocupa os espaços de poder.

Em outro viés, é urgente que 134 anos pós-escravidão, diante de uma abolição desprovida de políticas públicas que pudessem amparar o negro liberto, o Estado brasileiro tenha o dever de promover políticas públicas: educação, saúde, saneamento básico, cotas, bolsas de estudo, que consigam eliminar balizas que impeçam o negro — maioria — de alcançar uma ascensão social.

No momento atual, cotejar afrodescendentes e brancos é como comparar a seleção brasileira de futebol com um time de várzea. Este, sem técnico, tática, tampouco uniforme, mas apenas uma vontade hercúlea de ganhar. De vez em quando, o último costuma marcar gols, assim como fizeram Capitu, Antônio e todo seletto elenco do filme, que tanto nos representa.

Sedimentar caminhos aos afrodescendentes é não só uma reparação, mesmo que tardia, mas um dever e obrigação do Estado Brasil, o qual nos importou compulsoriamente, escravizou, castigou, matou e nos amordaçou em detrimento dos seus designios econômicos. Caso um dia alcancemos o tão almejado desagravo, formaríamos a maioria nos Três Poderes da República e, no parlamento, escreveríamos um novo enredo, uma verdadeira Constituição Cidadã, redirecionando os capítulos da história brasileira.

UnB: 60 anos de compromisso com Brasília

» PAULA BELMONTE
Deputada federal e coordenadora da Comissão Externa de Políticas Públicas para a Primeira Infância

As crianças e os jovens, quando comemoram o aniversário, têm os olhos voltados para o futuro. A famosa afirmação do "faça um desejo" ao soprar as velas do bolo simboliza bem esse momento de alegria e de reflexão sobre os próximos passos na vida. Já nós, adultos, costumamos fazer um balanço do que já fizemos e o que ainda sonhamos realizar.

Na semana passada, celebramos o aniversário de 60 anos da Universidade de Brasília. Aos olhos de um adulto, que olha para o passado e faz projeções para o futuro, não faltam motivos para exaltar a trajetória dessa instituição, que nasceu quase junto com Brasília, com apenas dois anos de diferença.

Somente na última década, a UnB formou mais de 45 mil profissionais. É uma das principais universidades do Brasil e da América Latina. Possui 10 áreas do conhecimento entre as melhores do mundo no ranking internacional QS World University Rankings by Subject. A UnB é referência em pesquisa, com mais de 3,5 mil projetos em andamento. Somente durante a pandemia da covid-19, por exemplo, foram mais de 200 iniciativas de pesquisa, extensão e inovação lançadas para o combate ao coronavírus.

Com o entusiasmo e a energia de uma criança, a UnB está em constante processo de evolução, colocando sempre a pesquisa a serviço da comunidade.

A expansão da universidade já chegou ao Gama, Ceilândia e Planaltina, bem como a oferta de cursos de graduação a distância não só para Brasília, mas para todo o Brasil. O compromisso social e o apoio à comunidade é outra marca que a UnB construiu nesses 60 anos, com ações que vão do atendimento hospitalar e o apoio psicológico à formação para idosos e o suporte à produção sustentável e orgânica de alimentos.

A missão da UnB, em suas próprias palavras, é ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência.

Posso dizer, sem medo de me equivocar, que a reitora Marcia Abrahão tem conseguido, com louvor, que a UnB cumpra a missão. E, por ser uma defensora de ações e políticas públicas para as crianças e jovens, não posso deixar de elogiar o trabalho que a UnB também tem feito em prol da primeira infância, período que vai até os seis anos de idade.

Recentemente, tive a honra de visitar as obras do Centro de Pesquisa em Primeira Infância e de uma creche que estão sendo construídos no Câmpus Darcy Ribeiro. Como a própria reitora afirmou, a creche é um antigo sonho da comunidade que

finalmente se materializou e, a partir do próximo ano, já estará em funcionamento. Destinei emendas parlamentares para custear a construção do Centro de Primeira Infância e da creche, pois acredito na universidade, em especial a UnB, como elemento transformador da sociedade.

O Centro de Pesquisa em Primeira Infância será multidisciplinar, e poderá acolher alunos da graduação e da pós-graduação em áreas diversas como saúde e educação. As melhores práticas serão colocadas em ação na creche, que acolherá crianças de zero a três anos, filhos de estudantes e servidores da universidade, além da comunidade da Asa Norte.

São projetos que obedecem à arquitetura modernista da universidade, utilizando cobogós e outros elementos que marcam o câmpus. O espaço de pesquisa terá uma área de total de 1.370 metros quadrados e será construído ao lado do Instituto de Ciências Sociais. Já a creche será sediada ao lado da Associação dos Servidores da Fundação UnB (FUB) e terá instalações que totalizam 1.060 metros quadrados. Ambas as edificações ficam próximas dos alojamentos estudantis da Colina.

Neste mês de celebrações dos aniversários de Brasília e da UnB, me alegro em saber que, nos seus 63 anos de existência, veremos a nova creche repleta de crianças, atendidas com o que há de melhor na pesquisa e tratadas com segurança, carinho e amor.